

Mariana Monteiro de Maicy²
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Tecnologia, Subjetividade e Política: Impactos da Inteligência Artificial na cultura digital contemporânea.

Resumo

O presente trabalho propõe uma investigação dos tensionamentos contemporâneos que atravessam as tecnologias digitais e nossa forma de uso de seus espaços, com foco nas mudanças e urgências que o uso da inteligência artificial nos levanta. Nos interessa analisar como os usos dessas tecnologias se associam às políticas de controle, modulação e monitoramento dos corpos e das subjetividades individuais, transformando-se no principal instrumento de circulação econômica da atualidade. Intuímos analisar as transformações nas formas de trabalho às novas configurações da percepção e da experiência do real, por onde vivenciamos mudanças rápidas e contínuas, mediadas por dispositivos técnicos e sistemas algorítmicos os quais mudam profundamente nossa realidade.

Palavra-chave: inteligência artificial; internet; tecnopolíticas, automação, vigilância.

Viver em um determinado tempo histórico é, inevitavelmente, habitar a ordem do inédito, do sem precedentes. Foi sob essa perspectiva que Hannah Arendt estruturou suas análises da sociedade em mudança, advertindo que essas marcas profundas seriam legadas às gerações futuras como uma herança duradoura no contexto global. Suas palavras revelam-se notavelmente lúcidas diante de um período particularmente conturbado, marcado por transições profundas que definiram as bases do mundo pós-moderno. Nesse cenário emergem transformações já em curso, como a globalização, a crise das instituições e das democracias liberais, os avanços tecnológicos em estreita articulação com estratégias militares, e um capitalismo que se mostrava cada vez mais entrelaçado com dinâmicas de controle e dispositivos de vigilância.

¹ Trabalho submetido ao GP Tecnologias e Culturas Digitais, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Email: maicymariana@gmail.com

Tais diagnósticos, embora formulados há décadas, ressoam de maneira surpreendentemente atual. Como já nos alertava Michel Foucault (2014), há tempos que transicionamos historicamente para novos regimes de poder. Em sua análise do capitalismo industrial, Foucault conceitua os "corpos dóceis e produtivos" moldados pela sociedade disciplinar, estruturada por instituições que regulavam comportamentos e administravam os indivíduos de forma minuciosa para fins produtivos.

Algumas décadas mais tarde, Gilles Deleuze identificaria uma inflexão significativa ao propor o conceito de sociedade de controle, na qual os mecanismos de poder extrapolam os limites institucionais e passam a operar por meio de tecnologias que antecipam e monitoram comportamentos, mais do que os punem retroativamente. Deleuze já intuía, àquela altura, os contornos do que viria a ser a lógica estruturante do ambiente digital e da internet, um sistema baseado profundamente na vigilância, na previsão algorítmica e na gestão dos fluxos de informação como forma de governamentalidade dos corpos e subjetividades.

Naquele contexto histórico, um massivo interesse em aparatos e dispositivos tecnológicos que modificavam e ampliavam a percepção visual foram introduzidos rapidamente no cotidiano das sociedades. Tendo sido seu desenvolvimento acelerado pela Primeira Guerra, que utilizou massivamente esses dispositivos para estratégias de combate em campo e de comunicação em massa, o mercado de consumo global iria democratizar o acesso à televisão, rádio, e o próprio cinema para a grande maioria das camadas sociais. Tal fenômeno implicou uma reconfiguração profunda do imaginário coletivo e das formas de sociabilidade, alterando de maneira decisiva o cenário cultural, político e sensível da época.

A partir daí, os grandes trunfos da comunicação em massa como dispositivos formadores de opinião, circulação de ideias, entretenimento e publicidade, tornaram-se um aspecto de grande interesse para outras áreas de conhecimento. Por volta da década de 1950, grandes financiamentos estatais norte-americanos estabeleceram estudos e pesquisas sobretudo nas áreas de robótica, eletrônica e nos chamados computadores inteligentes. Marcados por um grande investimento militar e pela corrida armamentista do Norte Global durante a Guerra Fria, será nesse contexto de interesse que surgirá, então, os primeiros passos da inteligência artificial e dos funcionamentos algorítmicos que hoje se difundem tão profundamente em nossas tessituras sociais.

Ali, o entendimento do que era o ambiente digital ainda limitava-se a parâmetros rígidos e a cálculos matemáticos previsíveis e elementares, onde o próprio funcionamento humano era o grande modelo, por exemplo, nas chamadas “redes neurais” por meio da qual a IA mimetizava as ligações das sinapses do cérebro humano para sua estrutura interna.

Essa corrente da inteligência artificial, chamada connexionista, foi de longe a mais bem sucedida e é o modelo que usamos atualmente de forma difundida nas mais diversas plataformas. Baseada majoritariamente no uso do *deep learning*, necessita receber uma quantidade imensa de dados para detectar padrões, sinônimos e relações, estabelecendo a verdade do falso. Possui certo grau de autonomia, mas ainda depende largamente do trabalho humano por trás de certas decisões e tarefas específicas, como veremos adiante.

Desse período até hoje, as máquinas tecnológicas tanto aprenderam conosco que a própria subjetividade humana tornou-se mecanizada e modulada quase completamente à seu dispor. Tais fronteiras, inclusive, do aprendizado de máquina *versus* o aprendizado humano tornaram-se difíceis de discernir e contornar suas origens: quem ensina quem? Uma série de tensionamentos começam a aparecer em um cenário onde a alta tecnologia se imbrica com os grandes mercados financeiros e as *big techs* atuais, formulando um ambiente sem precedentes na lógica de extração de informações e dados pessoais de seus usuários. O chamado colonialismo de dados, inclusive, pode nos trazer revelações sombrias e perigosas do mais novo terreno que o capitalismo adentra.

Uma de suas muitas formas de funcionamento é baseada na interpretação de algoritmos e codificação de imagens, gerando uma série de novas explorações vistas no chamado capitalismo de vigilância, como formulado pela autora Shoshana Zuboff. Trata-se do processo econômico no qual sua principal função é a extração contínua de dados humanos na internet como matéria bruta para sua produção e propaganda de consumo, criando uma inédita assimetria de poder diante dos sujeitos e suas criações.

Inseridos em uma civilização profundamente informacional e que funciona pela lógica violenta da velocidade e extração a todo custo, a ubiquidade tecnológica já se faz presente no jogo da realidade, alterando nossos modos de ser, conviver e pensar, promovendo, também, novas relações de alteridade entre os sujeitos, suas criações maquínicas e as consequências dessa inédita fusão. Observar a tecnologia talvez seja

uma forma de investigação do que é, afinal, que nos faz, ou não, humanos. É diante de um poder igualmente invisível, múltiplo e sem contenção que temos um problema em frente, o de lidar com as novas tecnologias, o ambiente digital generalizado e seus impactos num mundo que parece perder o controle de suas mais recentes criações.

O fantasma da automação

Há uma pequena anedota contada desde o século XVIII, que parece ser particularmente provocadora em nossos tempos. Trata-se do chamado Turco Mecânico (*Mechanical Turk*). Segundo sua história, diz-se que em 1770 um inventor húngaro criou uma máquina inteligente capaz de vencer qualquer indivíduo em um jogo de xadrez. Considerado o primeiro robô enxadrista, o robô, de fato, era imbatível. Porém, tal automação não passava de um truque, uma ilusão. Descobriu-se que dentro da grande máquina havia um indivíduo, exímio jogador, que a partir de uma série de engrenagens internas comandava as peças do jogo e tudo observava por dentro da caixa, sem ser visto. Por longos anos, essa lenda levava a ideia de que aparatos técnicos poderiam estar aliados a alguma espécie de magia inexplicável, da ordem da revelação de algo desconhecido para nós, humanos.

No livro *O Homem pós-orgânico*, Paula Sibilia discute tal paradoxo das recentes tecnologias e suas propostas de racionalização completa do mundo, apesar de flertarem constantemente com pensamentos mágicos:

Todos examinam a curiosa aproximação nas últimas décadas, entre esses dois campos que pareciam refratários sob o império do racionalismo que marcou a tecnociência moderna, com sua prometeica sensatez e sua desconfiança anticlerical, mas que jamais ocultou um passado protagonizado por mágicos e alquimistas.
(SIBILIA, 2014, p. 103,)

Tal analogia é importante para a discussão da própria automação na qual vivemos em nosso momento histórico, marcado por deslumbramentos, ambiguidades e paradoxos, levando por vezes a marca de que as tais máquinas inteligentes viraram uma espécie de oráculo de nosso tempo, como recentemente o próprio *ChatGPT* demonstrou. Alguns importantes pesquisadores da cultura digital e das tecnologias, como Matteo

Pasquinelli (2020) e Hito Steyerl (2023), afirmam que a inteligência artificial não é inteligente de modo algum, tampouco é artificial. Em seu funcionamento, a maioria de suas escolhas e decisões fazem parte de uma progressiva acumulação de trabalho essencialmente humano, precarizado e exploratório.

O “Turco Mecânico” volta à mídia no mais recente escândalo da falsa automação da gigante multinacional *Amazon*. Em um lançamento exclusivo para as lojas de conveniência dos Estados Unidos, a empresa garantiu que os clientes poderiam levar tudo que quisessem, e ao deixarem a loja, não precisavam passar por caixas, tampouco vendedores humanos, em um sistema chamado *Just Walk Out*. Mais tarde, soube-se que tal “automação” era, na verdade, trabalhadores indianos que monitoravam 24/7 as câmeras e sistemas de cada loja por salários desprezíveis, olhando cada produto que os clientes adquiriam em seus carrinhos para efetivar suas compras. Obviamente, tal sistema estava fadado a erros e rapidamente deixou de ser implementado.

Este exemplo traz o ponto de que, apesar de promoverem facilidades e propostas convidativas de consumo e diversão, essas recentes tecnologias digitais trazem como bagagem perigosos problemas em seu funcionamento e em suas estruturas, como o trabalho precarizado, indivíduos cada vez mais destituídos de funções básicas de ação e do pensamento e um mundo cada vez mais enraizado em problemáticas e antiéticas redes de extração e monitoramento. Em *Vigiar e Punir* (2014), quando Foucault nos chama atenção de que todos os ambientes institucionais funcionavam como grandes panópticos de Bentham observando todos os indivíduos a sua volta, talvez possamos usar a mesma analogia junto ao cenário digital atual, certamente mais sofisticado e definitivamente mais esteticamente convidativo.

Focando nesse cenário a partir dessas lógicas de vigilância e controle que parecem pautar a maioria das movimentações das novas redes, é preciso pensar suas consequências políticas duradouras, tanto nos que vigiam quanto nos que são vigiados. Paul Virilio, em seu livro *Máquinas de Visão* (2002), observou que a conexão do olho humano aos aparatos técnicos promoviam certas atrofias políticas das mais profundas, uma vez que o indivíduo perde a dimensão da realidade e sua potência de ação dentro de um mundo mediado completamente pelo virtual e o digital. O homem, então, delega à máquina funções importantes de sua constituição e do corpo, e nesse caso, o olhar não

mais seria o grande mediador da subjetividade dentro da realidade, alocando essa tarefa à automação, resultando em importantes prejuízos subjetivos.

Como já disse Guy Debord em *A Sociedade do Espetáculo* (1969), habitamos um momento histórico no qual vê-se um forte espetáculo da técnica avançada, no qual o olhar, agora principal alvo do mercado digital, subjugado à uma lógica padronizada de observar e consumir, torna-se apropriado como uma mercadoria digital e se torna uma commodity. O sujeito, suas relações e o olhar se estabelecem, então, como uma das principais formas de circulação do capital contemporâneo, no intuito de ser instrumento de circulação de signos e ideias, precisa de um aparato cujo artifício lhe seja útil: o ambiente digital.

A respeito dessa espécie de ingenuidade e fatalismo que paira nas ideias das consequências tecnológicas de nosso momento, Shoshana Zuboff, em seu livro *A era do capitalismo de vigilância* (2019), aponta:

Nesse aspecto, a vigilância comercial não é um mero acidente infeliz ou lapso ocasional. Não é nem um desenvolvimento necessário do capitalismo de informação nem um produto necessário da tecnologia digital ou da internet. É uma escolha humana elaborada de maneira específica, uma forma de mercado sem precedentes, uma solução original para uma emergência e o mecanismo oculto por meio do qual uma nova classe de ativos é criada de forma barata e convertida em receita.” (ZUBOFF, 2019, p. 118)

Hoje, na chamada economia da atenção, lógica que deve se apropriar de nosso tempo e nossas ações o máximo possível uma vez que todas as nossas movimentações digitais seriam convertidos em receitas e lucro, esses novos aparatos e dispositivos inteligentes que modificam e modulam a forma como olhamos e consumimos visualmente o mundo operam em níveis microscópicos de nossa racionalidade, apesar de serem contundentes e agressivos na mesma medida. O pesquisador Matteo Pasquinelli compara as máquinas artificiais com as lentes ópticas, surgidas sobretudo no século XVII, que tais como as lentes de qualquer instrumento comum de ajuste do olhar, são embutidos de falhas, fissuras e inclinações, promovendo na máquina o que ele chamará de alucinações estatísticas. (PASQUINELLI, JOLER, 2020, n.p).

Diante disso, cabe questionarmos a que ponto estamos mergulhados no tensionamento entre a amplificação maquínica da visão que nos permite ver mais e ver

melhor, ou ao contrário, caminhamos para um lugar como espectadores sobre o qual é pautado uma distorção contundente e perigosa da realidade, como as chamadas "bolhas" da internet onde cada indivíduo possui seu mundo feito sob medida. E mais ainda, em uma sociedade que se confia cada vez mais nessas alucinações estatísticas para tomarem decisões importantes para onde vivem e para si próprias, perdemos cada vez mais o lastro entre nossas escolhas e suas consequências na realidade.

Neoliberalismo e a vigilância digital

É possível dizer que uma das principais diferenças vistas na era contemporânea seja uma grande sensação de indefinição constante e intensa. Talvez, justamente pelo fato de estarmos imersos simultaneamente em diversas camadas políticas e avanços tecnológicos que em sua maioria não se conectam entre si, vindo a ser até mesmo opostos contraditórios. É digno de nota que, quanto mais tecnologia se produz, mais mal-estar parece trazer ao indivíduo que a criou.

Tal cenário de atomização social só foi possível diante de uma drástica mudança já acumulada da paisagem ambiental, psíquica, arquitetural e política trazida pela tecnologia avançada e sua inserção progressiva no processo produtivo econômico, agora mais avassalador que nunca. Tais características trouxeram uma série importante de questões psicológicas e políticas as quais trazemos como herança em nosso tempo. Os produtos culturais e suas máquinas já traziam a promessa de abundância, velocidade e produtividade, palavras chave de um ainda iniciante capitalismo imperialista levado hoje à uma espécie de limite conceitual e prático.

Esse mal estar e inquietação podem ter uma de suas razões explicadas na desapropriação de certas tarefas simples, habituais e cotidianas que nos constituem como seres pensantes e racionais, hoje delegadas quase completamente às máquinas. A tarefa mais simples e essencial que é o criar, já não mais nos define como seres especiais ou dotados de capacidades simbólicas e representativas particulares. Desse fato há muito ultrapassado, a peculiaridade humana, a tecnologia conectada ao capitalismo avançado parece trazer consigo algumas sementes de uma barbárie cujos arcaísmos políticos, sociais e estéticos levam uma colagem inesperada ao cenário do

mundo contemporâneo e nos deixam como herança novas inquietações antes inimaginadas.

Do espetáculo da técnica industrial, passamos, então, à corrida do capital contemporâneo. Na economia globalizada, a política se torna estetizada pela grande mídia e a sociedade de massas atomizadas torna o indivíduo isolado uma presa fácil para tecnologias de comunicação que visam modular e regular nossas ações mais profundas e nossos pensamentos privados. Aliás, cabe questionar se ainda há locais, subjetivos ou físicos, que podemos chamar privados e íntimos na era da vigilância algorítmica e do acúmulo de dados.

Pode-se, portanto, afirmar que a crescente dependência humana em relação às máquinas constitui um efeito tecno-político evidente das configurações históricas que moldam a contemporaneidade. Tal dinâmica nos posiciona, muitas vezes, como sujeitos passivos dentro de uma cadeia perversa de consumo, vigilância e modulação da subjetividade. Nessa engrenagem, o avanço tecnológico, frequentemente naturalizado como inevitável, é apresentado não apenas como desejável, mas como condição indispensável à própria existência da vida social moderna. Assim, o imaginário coletivo é capturado por uma lógica que fetichiza a inovação técnica, obscurecendo suas implicações normativas e políticas.

Entretanto, como nos sugere poeticamente Suely Rolnik, em ressonância com o pensamento de Deleuze, a potência da subjetividade contemporânea é precisamente a possibilidade de resistência, de subverter os usos digitais atuais. O simples gesto de repensar criticamente essas estruturas, de produzir fissuras na lógica dominante, já carrega em si o germe de sua desestabilização, ou, quem sabe, de sua implosão. Trata-se, portanto, de mobilizar forças micropolíticas que escapem à captura do sujeito pelo regime dominante de racionalidade técnica e mercadológica, abrindo espaço para outras formas de existir, de perceber e de habitar o tempo presente.

Considerações finais

Com o colapso das utopias democráticas que, em um primeiro momento, impulsionaram os debates em torno da internet e de suas promessas de emancipação

social e reconfiguração do espaço público, torna-se possível observar, retrospectivamente, os caminhos percorridos por essas tecnologias e os impasses éticos, políticos e econômicos que hoje emergem como temas centrais da agenda contemporânea. A evolução da infraestrutura digital, antes celebrada como instrumento de democratização do saber e da comunicação, tem se mostrado cada vez mais implicada em processos de concentração de poder, vigilância algorítmica e captura da subjetividade.

Nesse contexto, a análise de Shoshana Zuboff é particularmente elucidativa ao tratar da lógica econômica associada às tecnologias emergentes. Para a autora, “em virtude de seus mecanismos, esse sistema aumenta consideravelmente o padrão de vida das massas. Sem querer, gera mudanças ‘evolutivas’, através das necessidades de consumo” (ZUBOFF, p. 72). Tal observação revela a ambiguidade fundamental do capitalismo informacional: ao mesmo tempo em que promove melhorias materiais perceptíveis, reforça um modelo de subjetivação baseado no consumo e na adaptação funcional às novas dinâmicas do mercado digital. O progresso técnico, longe de ser neutro, configura-se, assim, como vetor de transformação social profundamente vinculado às estratégias de reprodução do capital.

Isso significa que, o capitalismo imbricado com suas redes digitais e circuitos complexos de funcionamento, ao mesmo tempo que destrói, cria. Muitos de seus dispositivos que oprimem e historicamente estão subordinados ao poder, possuem um inverso, uma potência de, a partir de si próprios estabelecerem uma nova utilização de maneira a subverter sua função original. Sabemos que a tecnologia jamais é acidental, tampouco neutra, e ao causar tamanhos tensionamentos, produz os mundos e sujeitos que pretende analisar, impactando ativamente em decisões importantes que caminham para o futuro que, devemos nos perguntar, queremos ou não.

É por meio dessa filosofia da ação, através do conhecimento dos dispositivos que nos cercam que adquirimos outras formas de uso para eles, onde podemos inclusive nos incorporar a eles e permitir que sejamos incorporados em sua maquinaria tendo como fim uma produção política ativa, útil e consciente de seus efeitos, no que a teórica norte-americana Donna Haraway chama de coexistência consciente entre as espécies humanas e não-humanas. Nessa fronteira cada vez mais difícil de discernir, entre o que nos faz sujeitos humanos e inteligentes, podemos tentar fabricar novos mundos com os

utensílios que temos disponíveis, como já fizemos outras tantas vezes em nossa história. Fato é, não há mais mundo fora da técnica, caminhemos com ela, então.

Referências

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. 1ª Edição. Trad. Roberto Raposo. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**, in L'Autre Journal, 1 de maio de 1990, e publicado em Conversações, 1972 – 1990. Trad. Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro. Editora Vozes; 42ª edição, 2014.

PASQUINELLI, Matteo & JOLER, Vladan. **O Manifesto Nooscópio: Inteligência Artificial como instrumento de extrativismo do conhecimento**. Disponível em: <https://lavits.org/o-manifesto-nooscopio-inteligencia-artificial-como-instrumento-de-extrativismo-do-conhecimento/>

PASQUINELLI, Matteo & JOLER, Vladan. **O Manifesto Nooscópio: Inteligência Artificial como instrumento de extrativismo do conhecimento**. Disponível em: <https://lavits.org/o-manifesto-nooscopio-inteligencia-artificial-como-instrumento-de-extrativismo-do-conhecimento/>

STEYERL, Hito. **Mean Images**. New Left Review, 141, 2023.
> <https://newleftreview.org/issues/ii140/articles/hito-steyerl-mean-images>

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais**. 2ª edição, Rio de Janeiro. Contraponto Editora, 2020.

VIRILIO, Paul, **Máquinas de visão**. 2ª edição, São Paulo. Editora José Olympio, 2002

ZARAMELA, Luciana. 2024. **Amazon vai acabar com Just Walk Out após polêmica com indianos**. Canal Tech, São Paulo, 3 abril. 2024
Disponível em> <https://canaltech.com.br/inovacao/amazon-vai-acabar-com-just-walk-out-apos-polemica-com-indianos-284391/>

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Trad. George Schlesinger. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2019.